

3. PEDIDO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:

Submete-se o pedido da Oficina de S. José em que requer isenção do pagamento das taxas de licença relativas à emissão do alvará de obras de edificação para a construção de um edifício, destinado à instalação de estabelecimento de comércio a retalho, da insígnia “Continente Bom Dia”, localizado na Rua 25 de Abril, da União das freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto).

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA (DMGAP)

Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso (DSJC)

*Proposto o indeferimento.
A m. do Excmo.*

ASSUNTO: Requerimento da Oficina de São José – isenção de taxas

17.02.06



1.A Oficina S. José (OFJ), pessoa coletiva religiosa (NPC nº 500 851 182), reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (NISS nº 20006007082), veio requerer a isenção do pagamento das taxas de licença relativas *"à emissão do alvará de obras de edificação para a construção de um edifício, destinado à instalação de estabelecimento de comércio e retalho, da insígnia "Continente Bom Dia"¹*, localizado na Rua 25 de abril, desta cidade de Braga, invocando para tanto a sua qualidade de "IPSS" – cf. requerimento.

2.A disciplina jurídica desta matéria consta, sobretudo, do Código Regulamentar do Município de Braga² (já em sentido idêntico dispunha o precedente Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais-artigos 40º a 43º), nomeadamente, do seu artigo H-1/16.º, nº 1, que estabelece o seguinte:

1- Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:

- a) As freguesias;*
- b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;*
- c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;*
- d) As pessoas coletivas religiosas;*
- e) As associações desportivas legalmente constituídas;*

¹ Cf. informação dos serviços de gestão urbanística.

² O poder tributário das autarquias locais é, como dissemos, conferido pela CRP (cfr. art.º 238.º, nº 4) e concretiza-se, essencialmente, no regime financeiro das autarquias locais (cfr. art.º 15.º do RFALEI)

- f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;*
g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.”

O nº 2 da mesma norma refere que estes **benefícios se limitam a atos e factos direta e imediatamente relacionados com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades citadas.**

Por sua vez, o artigo H-1/19.º, sob a epígrafe “Fundamentação” prescreve que:

“As isenções e reduções previstas no presente Código visam:

a) ...

b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;

...”

3. Tal como foi adiantado pelo Sr. Diretor Municipal da DMUOP o enquadramento do pedido na dita isenção subjetiva prevista no Código Regulamentar (pessoa coletiva religiosa ou IPSS) pressupõe a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias destas entidades. Este é um requisito legal em sentido amplo (regulamentar), condição essencial à verificação da dita isenção.

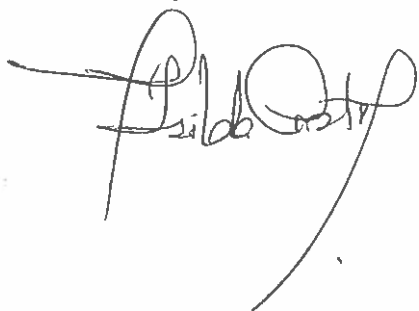
4. Ora, da leitura dos estatutos que agora temos na nossa posse, não vemos como é que a construção da operação urbanística (instalação de estabelecimento de comércio a retalho, da insígnia “continente Bom Dia”) que está a ser promovida pela Requerente se enquadre **direta e imediatamente** nos fins exercidos por esta – cf. artigo 4º, e 5º dos Estatutos - para este efeito de isenção de taxas, tal como é requerido, afigurando-se que a concretização da operação visa diretamente o lucro, comportando-se neste caso a entidade promotora com um ator do mercado, sujeito, desta forma, às regras e princípios de natureza tributária, idênticos aos demais, como impõe o princípio da igualdade fiscal, não podendo beneficiar do dito regime de isenção deste tributo, face à não observância das respetivas condições legais.

5. Em conformidade, por não estarem reunidos os respectivos pressupostos, somos a propor o indeferimento do pedido.

6. Nos termos no nº 1, do artigo H-1/18.º a concessão de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais compete à Câmara Municipal.

In casu, a proposta vai no sentido do indeferimento. Embora a lei não seja clara quanto ao órgão competente para o indeferimento, sempre nos parece que poderá o Sr. Presidente exercer essa competência, o que se deixa à Consideração Superior.

1/2/2017

A handwritten signature in black ink, appearing to read "João Carlos", with a long horizontal stroke extending to the left and a large loop at the end.



BRAGA
Município

Documento nº: 310/URB/PED/17

Data Registo: 09-01-2017

Assunto: URB - Urbanismo - Diversos - SOLICITA ISENÇÃO DO Pagamento de taxas - Urbanismo 309/URB/PED/17

Classificador: 999.99.999 - Genérico

Tipo Documento: Requerimento URB

Entidade:

Nome/Designação: OFICINA DE S. JOSE, INSTITUTO PARTICULAR SOLIDARIEDADE

Endereço: RUA DO RAI, AP.512

Processo(s):

- 516/URB/PROC/16 - URB - Urbanismo - Licenciamento de um Edifício destinado a Estabelecimento Comercial.

Livro:

Requerimentos PED

O DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO,
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO

Antonio Zamith

(Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016)

Utilizador: Nuno Lopes (Eng)

Conhecimentos:

Data: 24-01-2017 12:12:24

Destinatário: Pedro Lopes (Dr)

Documento: 310/URB/PED/17

1. A Oficina de S. José solicita, em pedido com registo n.º 310/URB/PED/17, de 09.01.2017, a isenção do pagamento de taxas de licença relativas à emissão do alvará de obras de edificação para a construção de um edifício, destinado à instalação de estabelecimento de comércio a retalho, da insígnia "Continente Bom Dia", localizado na Rua 25 de Abril, união das freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, desta cidade de Braga.

2. De acordo com o Artigo H -1/16.º do Código Regulamentar do Município de Braga (Regulamento n.º 973/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 206 — 26 de outubro de 2016), podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:

- As freguesias;
- As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
- As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
- As pessoas coletivas religiosas;
- As associações desportivas legalmente constituídas;
- Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
- As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

3. Verificando-se que o requerente é uma Entidade Religiosa, julgo que a pretensão do requerente se enquadra na alínea g) do Artigo H-1/16.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

A consideração superior.

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

De enviar a D.ª Mariana para procedimento de assinatura e decisão do senhor
do executivo municipal, tendo por base o teor do interveniente que se segue.
Ao Sr. Dr. 07 07 241312

2. EXPOSIÇÃO DO PEDIDO* (continuação)

- ☐ 3. Pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública;
 ☐ 4. Empresas e fundações municipais;
- ☐ 5. Pessoas coletivas religiosas;
 ☐ 6. Associações desportivas legalmente constituídas;
- ☒ 7. Associações e instituições particulares de solidariedade social e cooperativas, legalmente constituídas;
- ☐ 8. Consulados, partidos políticos e associações sindicais;
- ☐ 9. Outras ² _____

Fundamentação:

Por ser uma IPSS

¹ Não deverá ser superior a doze (12) prestações;

² Outras entidades públicas ou privadas, atividades ou atos a que a lei atribua, de forma expressa, tal isenção.

* Preencher de forma legível

3. ANEXOS

- ☐ Fotocópia simples da procuração, se não indicou código de acesso à procuração on-line e se é procurador;
No caso de pessoas singulares ou pessoas coletivas sem fins lucrativos:
- ☐ Declaração comprovativa da atribuição de proteção jurídica emitida pela Segurança Social;
No caso de pessoas singulares ou pessoas coletivas sem fins lucrativos que não entreguem a Declaração da Segurança Social, e para os restantes casos:
- ☐ Fotocópia simples da última declaração de IRS, no caso de pessoa singular;
- ☐ Atestado da junta de freguesia da área de residência sobre a composição do agregado familiar;
- ☐ Fotocópia simples do último recibo de vencimento, no caso de não ter a última declaração de IRS;
- ☐ Atestado médico que declare a inexistência de quaisquer contraindicações para a utilização da Piscina Municipal;
- ☐ Declaração comprovativa da situação de desemprego, se aplicável;
- ☐ Fotocópia simples dos estatutos da entidade, no caso de pessoa coletiva;
- ☐ Fotocópia simples da última declaração de IRC, no caso de pessoa coletiva.

☐ Tomo conhecimento de que a documentação aplicável elencada no ponto 3 deverá ser apresentada, no máximo, até à fase de atendimento social efetuado pelo Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Braga, no caso de se enquadrar como pessoa de comprovada insuficiência económica.

Pede deferimento.

O(s) requerente(s)

[Assinatura]

Data

Data

Esta minuta é um mero modelo de requerimento

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto à pretensão e conteúdo.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

☐ A assinatura do(s) requerente(s) foi confirmada pela exibição do documento de identificação civil

N.º documento 03459352

Data de validade 07.04.2020

N.º documento

Data de validade

☐ O pedido está instruído com os elementos supra indicados pelo requerente.

☐ Existem deficiências ou omissões na instrução do pedido, tendo sido informado o requerente do provável pedido de aperfeiçoamento. Contudo, por sua insistência, foi aceite.

OBSERVAÇÕES

O técnico de atendimento

Luís de Costa

Data

09/01/2017